

Por um LIVRE de todas as pessoas e para todas as pessoas

MOÇÃO ESPECÍFICA PELO GRUPO LGBTQI+ APRESENTADA AO XII CONGRESSO DO LIVRE

O LIVRE enquanto partido humanista, de uma esquerda verde e que acredita na justiça social, assenta nos pilares da participação e representação, **igualdade, equidade e oportunidade de todas as pessoas, independente do género, características sexuais, orientação sexual, identidade de género, expressão de género e todas as dimensões da sua identidade e pluralidade**. O LIVRE é, como sempre foi, um defensor dos direitos humanos, da igualdade e das identidades das pessoas LGBTQI+, pautando pela criação de uma sociedade mais justa, mais capaz de dar resposta às necessidades específicas de cada pessoa e que garanta as oportunidades necessárias para o sucesso de cada uma de nós, que se traduz também numa sociedade mais capaz de enfrentar todos e quaisquer desafios.

É também urgente **proteger os direitos de todas as pessoas que possam sofrer tratamento desigual no seu dia-a-dia**, no emprego, no acesso à habitação, saúde, educação ou em qualquer outra dimensão da sua vida civil e da sua participação cívica. Esta urgência é-nos muito próxima e, mais ainda, com o surgimento de movimentos de extrema-direita e de direita que endereçam especificamente os direitos das pessoas LGBTQI+ como “não prioritários” ou até mesmo “desnecessários” na atualidade. Isto tem acontecido um pouco por toda a Europa, e também em Portugal.

Os dados mais recentes do “Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+¹” preparado pela ILGA (ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo) refere que metade das situações observadas (em 2019, último ano do estudo) no observatório têm uma motivação intrínseca de ódio às pessoas LGBTI+. Entre os dados referidos no estudo, 40% dizem respeito a pessoas desconhecidas para a vítima, mas alarmante também que 8,15% digam respeito a funcionários públicos, 13,53% ocorram num ambiente escolar e 10,37% num ambiente familiar. Entre as situações, 45,88% configuraram como uma agressão verbal ou escrita, 8,70% como situações reiteradas de violência (bullying) e 8,70% como tentativas ou agressões físicas, mas a discriminação no acesso a bens e serviços, na saúde e no trabalho constituem ainda 14,29% das situações. Este estudo, embora limitado, consegue pintar uma realidade cruel e dura para as pessoas LGBTQI+ que se veem desprotegidas na sociedade e onde a sua segurança, dignidade e oportunidades estão longe de ser garantidas. Isto considerando um país onde legalmente têm existido avanços consideráveis, tendo a homossexualidade sido descriminalizada em 1982, sendo 2022 o ano em que assinalamos 40 anos desde a primeira conquista de direitos LGBTQI+ em Portugal.

¹ https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf

No entanto, e apesar de Portugal ser hoje um país com proteções legais e iniciativas para garantir a igualdade das pessoas LGBTQI+, a verdade é que existe também muita margem para progredir. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), no seu estudo “A long way to go for LGBTI equality²” destaca Portugal pela baixa taxa de violência física e sexual com motivação LGBTQI+, no entanto, refere que entre 2012 e 2019 o progresso é ainda escasso. Esta conclusão é suportada também pela ILGA (Europe) na sua análise anual³ da situação de direitos humanos das pessoas LGBTQI+, em 2021, onde destaca melhorias e avanços durante o ano passado, mas realça também episódios da vida política e pública portuguesa (entre eles a nomeação de João Caupers, comentários nos *media*) e as suas implicações, mas também falhas governamentais que demonstram um caminho de melhoria neste âmbito.

No rescaldo dos resultados eleitorais do LIVRE, que permitiram repetir o sucesso de eleger uma pessoa para representar o partido na Assembleia da República, reiteramos a importância de trabalhar as matérias da igualdade e dos direitos humanos. Estas matérias são, como sempre foram, uma bandeira do LIVRE e uma pedra basilar na construção de políticas de esquerda, em particular no âmbito europeu e com o enquadramento moderno, progressista e inclusivo que caracteriza o partido. É também por isso claro para nós que esta deverá ser uma área de aposta na próxima legislatura e onde o LIVRE poderá ter amplos contributos à discussão, preparação e proposta de medidas específicas para melhorar a vida de todas as pessoas. Mais do que nunca, **considerando o cenário atual de uma esquerda fragilizada, torna-se importante uma política de convergência em vários aspetos**. Este é um deles.

Propomos então a todos os camaradas do LIVRE que se juntem a nós no trabalho das seguintes prioridades, nos órgãos e estruturas do partido:

- **Priorizar o combate à discriminação** por orientação sexual, identidade de género ou género nas discussões programáticas do partido;
- Discutir a apresentação de uma **lei de antidiscriminação compreensiva** que inclua as características sexuais, orientação sexual, identidade de género e expressão de género, capacitando a lei de especificação e avanços necessários;
- **Inclusão das questões LGBTQI+** nas discussões que acontecem fora do grupo temático em que se têm, tradicionalmente, inserido;
- Discutir novas melhorias ao nível de **formação e enquadramento do tratamento de pessoas LGBTQI+** na esfera do estado e dos seus serviços;
- **Discutir o sistema de ensino português** e melhorias ao mesmo no sentido de fomentar na escola um ambiente inclusivo e no currículo escolar (aos vários níveis e de acordo com as suas especificidades) uma forma de capacitar cidadãos e cidadãs para a inclusividade e direitos humanos;
- Refletirmos sobre como poderemos reforçar a qualidade da **educação sexual**, e as ferramentas ao dispor da população para garantir a **saúde sexual**, seja pelo mais amplo fornecimento de serviços, pelo aumento de medicação preventiva (PrEP, PPE e alargamento da oferta em termos geográficos e para fora dos atuamente

² <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results>

³ <https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/2022/portugal.pdf>

denominados grupos de risco), pelo estabelecimento de novas diretivas e recursos no SNS para combater este problema crescente (que tem aumentado também na população heterossexual);

- Nos serviços de registo civil e identificação pensarmos na possibilidade de **registos mais inclusivos** que incluam pessoas não-binárias e género fluídas, ou até mesmo pela eliminação do binarismo da identificação civil;
- Na saúde, agirmos no sentido de um aumento do número de unidades de saúde capazes de lidar com preocupações LGBTQI-específicas e pelo aumento do número de unidades de saúde que sirvam a **comunidade trans**;
- Caminharmos para garantir a equidade económica entre pessoas LGBTQI+ e a restante população, discutindo formas de **diminuir as desigualdades** (e a discriminação) no emprego, na habitação, na (re)integração social, e nas respostas de emergência, particularmente depois de dois anos de uma pandemia que fragilizou muitas pessoas LGBTQI+;
- Pensar formas de **aumentar a representação pública, política e social de pessoas LGBTQI+**, reduzindo as barreiras à entrada e garantindo que as suas vozes sejam ouvidas e as suas preocupações endereçadas.
- Trabalharmos para aumentar o nível de investigação e estudo sobre as necessidades da população LGBTQI+, através de programas públicos e de medidas que possam **reformular os censos** para ver a população representada.
- Novas medidas ao **nível da linguagem inclusiva**, uma discussão alargada sobre abordagens de neolinguagem portuguesa com vista a uma proposta futura. Destacamos também que passe a existir uma **preocupação do partido** (interna e externamente) em respeitar os princípios da mesma, implementando (e/ou melhorando) a utilização da mesma nas comunicações oficiais (e internas) do partido, como exemplo, na **regra da paridade** que geralmente é apresentada de uma óptica binária normativa entre homem vs mulher, **deixando de fora pessoas não-binárias**.
- Por último, aumentar o contacto do Partido LIVRE com as **Marchas do Orgulho e iniciativas LGBTQI+ regionais e nacionais**, promovendo o diálogo com coletivos ativistas, associações e organizações que trabalhem as temáticas. Incentivamos também, de forma coerente com o que o partido defende, que isto seja feito pelos Núcleos Territoriais e os seus participantes, em particular pelos Grupos de Coordenação Local.

Achamos também que esta moção deverá destacar que existem muitos esforços a ser desenvolvidos pelo LIVRE, em matéria de direitos humanos, e que vão muito além da população LGBTQI+, pelo que apelamos também a:

- **Enfatizar as preocupações anti-racistas** no núcleo das discussões do partido, de forma a aumentar a discussão sobre medidas específicas que o partido possa propor para **reduzir os índices de violência racista e xenófoba**, assim como as desigualdades socioeconómicas ainda presentes no nosso país;
- Enfatizar também a **luta feminista** no partido, de forma a aumentar a discussão sobre medidas específicas para reduzir os índices de violência de género existentes em Portugal, e também a desigualdade económica e social ainda existente entre géneros no nosso país;

- Acrescentamos também que a luta feminista no LIVRE deve ser radical, mas por feminismo radical que se entenda o **compromisso pela igualdade de género e a intransigência na sua defesa, não a exclusão desta discussão de pessoas *trans* ou trabalhadoras do sexo;**
- Apelamos também a que o partido renove o seu foco (recente) em **ouvir e trabalhar com as pessoas envolvidas no trabalho sexual** de forma a poder tomar uma posição sobre o mesmo e possa oferecer soluções e propostas para o dia-a-dia, saúde e dignidade das pessoas trabalhadoras do sexo. Nomeadamente, condições de saúde, segurança, proteção social e legal;
- Aqui apelamos também à inclusão na agenda do partido de temáticas que infelizmente ainda são ignoradas no que toca à igualdade e inclusão, nomeadamente as causas das **pessoas com deficiência, dos sem-abrigo e das pessoas migrantes e refugiadas.**

Apresentamos portanto esta moção de forma a colocar de novo na agenda as preocupações das pessoas LGBTQI+ na política do LIVRE, de forma a continuarmos a caminhar para uma sociedade mais justa, onde a justiça social e ambiental caminham lado a lado. Pedimos, desta forma, que renovemos a nossa luta pelos direitos de todas as pessoas, a nível local, regional, nacional e europeu.

Todas estas lutas são lutas do LIVRE e devemos redobrar o nosso esforço nas mesmas de forma a que o **LIVRE seja**, à semelhança, da visão de futuro que propõe, **de todas as pessoas e para todas as pessoas.**

Proponentes:

Cláudio Santos
Pedro Santos
Mafalda Gomes
Márcio Barros
João Fanha
Fábio Cipriano Ventura
Gonçalo Queirós
Filipe Honório
Paulo Muacho
José Seixo
Ana Bernardes
Tomás Nunes

Restantes Subscritores:

Ana Catarina Faria Bernardes
Ana Isabel Cardoso Moreira
Ana Luísa Reis Natário
Anabela Peixoto Ferreira
André João Maurício Leitão do Valle Wemans
António Veríssimo Caneira
Augusto Manuel Oliveira Ramoa Rodrigues
Carla Sofia Natividade Emídio do Carmo
Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira
Diamantino José Videira Matos Raposinho
Diana Bastos Serrano de Almeida
Diana Raquel de Carvalho e Barbosa
Diogo Alexandre Rodrigues Almeida
Eduardo de Carvalho Viana
Fábio Cipriano Ventura
Filipa Maria Gonçalves Pinto
Filipe Alexandre Fernandes Honório
Filipe Ramos Alves
Flávio André Gomes Oliveira
Francisco João Maçãs Biscainho
Hugo Manuel Fernandes Rajão
Hugo Manuel Pinto Faria
Inês Santos Pires
Isabel Maria Duarte Faria
Isabel Rendeiro Marques Mendes Lopes
Ivo José Melim Freitas
Joana Ferreira Filipe
João David Barata Rodrigues
João Filipe Lourenço Monteiro
João Filipe Narciso Figueira Mira
João Luís Silva
João Manuel Aiveca Caseiro
João Miguel Viegas Gaspar
João Pedro Rebelo de Almeida
Jorge Pinto
José Carlos de Azevedo Flores da Costa Vieirs
José Joaquim Azevedo de Araújo
José Miguel da Costa Vaz
Leonardo Calé
Luís Miguel Morais Soares
Mafalda de Bettencourt Nunes de Matos Gomes
Manuel Barbosa Lopes
Maria da Glória Capela Tomás cebola de Almeida Franco
Maria do Rosário da Conceição Esteves Pereira
Maria João Duarte Nobre Pereira Bernardo
Maria Ofélia Passinhas Janeiro

Maria Teresa Braga Paixão de Almeida Leitão
Maria Teresa Janela Pinto
Mário Jorge Ramos de Almeida
Mário Rui Pinheiro Gaspar
Mário Rui Silva Barreira
Marta Filipa de Sousa Ramos
Martim Miguel Gomes da Costa de Brito Barreto
Michel Fernandes Lopes
Miguel Chambel
Miguel Cristóvão dos Santos
Miguel João Paiva Bento
Miguel José Graça Pereira de Oliveira
Nuno Miguel Brás Rolo
Nuno Miguel Martins dos Santos Arada
Patrícia Andreia Robalo Ribeiro
Paulo Jorge Velez Muacho
Pedro de Spínola Ruella Ramos
Pedro Manuel Cravino Serra
Ricardo Miguel Palmela de Oliveira
Ricardo Rogério Silva das Neves Fernandes
Rita Padrão Branco
Rita Pedro Teixeira Soares
Rui Manuel Moreira Vidal Simões
Rui Manuel Órfão Bernardes
Rui Miguel Marcelino Tavares Pereira
Safaa Rachid El Dib
Sandra Isabel Lourenço da Silva Estevam
Sandro Miguel Bento Dias Santos
Sónia Maria Sapinho de Carvalho Rodrigues
Telmo Emanuel Rijo Julião
Teresa Salomé Alves da Mota
Tiago Cruz Carvalho
Tiago Filipe Godinho Mota
Tiago Filipe Viegas Correia
Tiago Miguel Martins da Silva
Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira
Vera Gomes
Vitor Emanuel Andrade André

